



COOPERATIVISMO EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO: POSSÍVEIS DESAFIOS

COOPERATIVISM IN TIME OF GLOBALIZATION: POSSIBLE CHALLENGES

Ezequiel Henrique Hedlund¹

Resumo:

A integração econômico-financeira dos mercados mundiais promoveu, no contexto da produção, um aprofundamento da especialização produtiva no espaço geográfico, exigindo maior produtividade das empresas e, acima de tudo, maior competitividade. Diante disso, o cooperativismo, seguido de todo o seu conjunto de valores democráticos e igualitários, fica sujeito a cair nas mãos de aparelhos neoliberais de abertura de mercado, com tendência a entrar nas “regras do jogo” e ignorar os valores fundamentais de seu movimento para sobreviver ao meio inserido. Com base nisso, o objetivo deste estudo é identificar possíveis desafios do cooperativismo em meio à globalização. A metodologia é caracterizada como revisão da literatura, reiterando os fundamentos do cooperativismo e explicando o problema da globalização. Assim, os principais desafios do movimento cooperativo são formados em três aspectos: competitividade, Estado e recursos humanos.

Palavras-chave: Cooperativa; Cooperativismo; Globalização.

Abstract:

The economic and financial integration of the world markets has promoted, in the context of production, a deepening of the productive specialization in the geographic space, demanding greater productivity of companies and, above all, greater competitiveness. Given this, cooperativism, followed by its whole set of democratic and egalitarian values, is liable to fall into the hands of neoliberal market opening apparatuses, in a tendency to enter into the “rules of the game” and ignore the fundamental values of its movement to survive the inserted medium. Based on this, the objective of this study is to identify possible challenges of cooperativism amid globalization. The methodology is characterized as a literature review, reiterating the foundations of cooperativism and explaining the problem of globalization. Thus, the main challenges of the cooperative movement are formed in three aspects: Competitiveness, State and human resources.

Keywords: Cooperative; Cooperativism; Globalization.

¹ Tecnólogo em Gestão Pública pelo Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul (IFFar–SVS). Mestrando em Políticas Públicas e Desenvolvimento pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (PPGPPD–UNILA). E-mail: ezequielhh@gmail.com





1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a dependência das relações internacionais dos países impulsionou uma grande abertura das economias, ao mesmo tempo tornando-as mais instáveis, ou seja, “susceptíveis a crises externas, já que as políticas econômicas de cada país reduzem a eficácia à medida que os estados nacionais ficam enfraquecidos”. (ANÉSE, 2000, p. 135)

Para Santos (2000), tal integração econômica e financeira dos mercados mundiais vem promovendo, no contexto da produção, um aprofundamento da especialização produtiva no espaço geográfico, exigindo maior produtividade das empresas e, sobretudo, maior competitividade.

Diante disso, a perspectiva deste estudo é que o cooperativismo, seguido de todo o seu conjunto de valores democráticos e igualitários, fica sujeito a cair nas mãos dos aparatos neoliberais de aberturas de mercado, no que, para se estabilizar na economia capitalista e todo o ambiente de concorrência nele inserido, tende a entrar nas “regras do jogo” e, de certo modo, ignorar os valores fundamentais de seu movimento para sobreviver ao meio inserido.

Logo, o objetivo deste estudo é identificar possíveis desafios do cooperativismo no atual cenário do capitalismo mundial globalizado, pois, neste trabalho, entende-se que o cooperativismo em sua essência é saída para as crises, com capacidade para alavancar o crescimento e promover o desenvolvimento das regiões. A metodologia adotada é uma revisão bibliográfica, primeiramente abordando o tema do cooperativismo, para, em seguida, tratar a questão da globalização. Por fim, as considerações finais e conclusão do que foi revisado, convergindo os temas cooperativismo e globalização para atingir o objetivo proposto.

2. COOPERATIVISMO: FUNDAMENTOS E VALORES

Primeiramente, como destacou Sales (2010), para se falar de cooperativismo no ascender do XXI, é importante que se situe brevemente o “hoje”. A era da tecnologia: População dos países desenvolvidos envelhece, dos subdesenvolvidos crescem, postos de trabalho desaparecem em uma determinada região e aparecem em outra, entre outras características desse cenário de concorrência.

Na interpretação da economia clássica, como Adam Smith (1983 [1776]), a particularidade do interesse do homem contribui com o interesse da sociedade de maneira mais eficaz. Este pode ser pensamento importante, mas, como bem problematizou Sales (2010), os efeitos colaterais são perversos, pois ao buscar produtividade em nome da competitividade, muitos ficam pelo caminho, ou seja, o homem não é a prioridade, e sim o lucro.





É neste sentido que o cooperativismo surge, como uma resposta às atrocidades do capitalismo. O cooperativismo é uma forma de somar capacidade dentro de um mundo de concorrência. É uma forma de preservar a força econômica e de vida dos indivíduos de um mesmo padrão e tipo, com objetivos comuns e com as mesmas dificuldades. A cooperativa quase sempre surge em momentos de dificuldades e da consciência de fragilidade do homem dentro do mundo em que atua. (SALES, 2010)

Dentre os primeiros precursores, Robert Owen (1772 – 1858), conforme Júnior (2006), viu na cooperativa a base para a nova ordem social, econômica e política. Complementarmente, Sales (2010) coloca que a visão de Owen era que o homem é resultado de seu meio social. Para alterar isso, deve-se modificar o meio social, de forma pacífica, gradual e moderada. Suas principais ações firmaram-se em: I) Combater o lucro e a concorrência. Owen considerava estas questões como as principais responsáveis pelos males e injustiças; II) Combater a divisão social entre operários e patrões, pois considerava que toda a produção devia ser dos trabalhadores; e III) Criou medidas de assistência social aos funcionários de sua fábrica de fios de algodão em New Lanarck na Escócia. (SALES, 2010)

Diante disso, baseando-se então no “pai do cooperativismo”, como é considerado, nota-se a preocupação social, o alicerce baseado sobretudo em conscientização da realidade, que também é atual do século XXI, a desigualdade social e a utopia do discurso do individualismo e da meritocracia, no que Owen busca amenizar o sentimento de concorrência, acúmulo, ou consumo, instituído na sociedade.

Outro exemplo que é colocado, são as peculiaridades dos sistemas cooperativos de Hermann Schulze, ou, como é conhecido, Schulze-Delitzsch.

Schulze-Delitzsch (1808 – 1883) iniciou o movimento cooperativista na Alemanha, criando um sistema para organizações de classe média. Antes mesmo de formalizar o que ficara marcado como cooperativa, já realizavam algumas iniciativas de caráter, como uma caixa de socorro para os casos de doença e de óbito e uma associação de marceneiros para o abastecimento de matérias primas, baseados na responsabilidade solidária dos membros. Para Schulze, somente pela da associação e pela consolidação da atividade do indivíduo é possível elevar o nível da sociedade. (MLADENATZ, 2003)

Assim, sem mais delongas, o sistema cooperativo Schulze-Delitzsch apresenta diversas características, sobretudo, o que cabe a este trabalho é que: i) o sistema se adapta as organizações de classe média; ii) a cooperativa se mantém sobre o princípio do *self help*, a autoajuda; iii) a base financeira é o capital próprio, depositado pelos associados e; iv) “Cada um por todos e todos por cada um”. (MLADENATZ, 2003)

Em encontro de tais características, tem-se a grande contribuição de Namorado (1995), ditando e instruindo os princípios cooperativos, sendo eles: a) Adesão livre. Uma sociedade cooperativa voluntária e aberta; b) Administração democrática. Os sócios das cooperativas devem gozar do mesmo direito, podendo eleger o representante das atividades; c) Juro limitado ao capital. Concordando com a importância do capital, discordando de uma taxa única, ciente das capacidades individuais; d) Destino certo dos excedentes. Se houver, a decisão será um





único destino, seja a divisão por igual a cada sócio ou à reformas e contribuições sociais; e) Promover a educação. A educação não é facultativa, é necessária; f) Praticar a intercooperação. Instituir-se em diversos espaços internos, fortalecendo o vínculo de união e; g) perspectivas de evolução.

Diante disso, das primeiras colocações à respeito de fundamentos e valores que carregam o movimento cooperativista em sua essência, a dinâmica das relações mundiais, sejam elas de interesse político, de mercado, ou qualquer outra forma, vem se tornando cada vez mais uma “metamorfose ambulante”, deixando de lado alguns aspectos, priorizando outros. É neste sentido que surge a preocupação e a necessidade de retomar o debate da globalização, conforme dissertado a seguir.

3. O PROBLEMA DA GLOBALIZAÇÃO

Para entender a dinâmica global, logo a sua problemática inserida no território, Presser (1995) oferece uma definição, tratando a globalização como um processo em que as empresas se estruturam de forma a ampliar e tornar mais complexas suas operações para que possam produzir de maneira mais competitiva e vender seus bens e serviços num mercado mais aberto e ampliado. Diante disso, complementarmente Benko (2002) disserta que a globalização da economia mundial hoje é caracterizada, primeiro, pela existência de um mercado unificado, segundo, empresas em escala mundial atuando para a produção e distribuição de produtos e serviços, e logo, por um quadro regulamentar e institucional insuficiente.

As palavras dos autores acima orientam um entendimento muito além da noção da presença de modelos capitalistas de competição, no que também vale destacar nessa competição que, como na América Latina, as utopias neoliberais cruzam fronteiras, das políticas aos discursos de independência econômica e desenvolvimento autossustentável. Dito de outro modo, a preocupação com o desenvolvimento de atividades produtivas, neste exemplo, deixa valores democráticos e igualitários na retórica do discurso, pois existe um grande paradoxo entre pensar produção e renda em cursos de longa duração e manter valores de direitos civis e trabalhistas.

Diz-se isso pois, nessa linha teórica crítica ao fenômeno, Ferrão (1998) aborda que a globalização tem se caracterizado por agravar as disparidades territoriais, aumentando a fragmentação dos territórios, ampliando dependências e reforçando a interdependência entre regiões e cidades. É neste sentido que Santos (1996) já havia argumentado que isso tem levado a um maior contexto complexo e diversificado das ações, reformulando o conteúdo e a forma do espaço geográfico em suas escalas espaciais. Mas como isso acontece?

Para responder à questão, retoma-se as palavras de Klink (2001) quando oferece uma interpretação do trabalho de Charles Tiebout, “A pure theory of local expenditures”, de 1956, mostrando que, devido à globalização, capital e trabalho são





altamente voláteis e se deslocam de uma cidade para outra em busca de maximizar suas atividades. O autor complementa que, diante tal acontecimento, as cidades competem entre si para atrair mão-de-obra qualificada e capital financeiro.

Rotta (2007), neste sentido, de modo a interpretar e não somente apontar uma crítica a essa vertente globalista, traz que num mundo onde as preferências se tornam cada vez mais homogêneas, as cidades tendem também a se tornar cada vez mais semelhantes e homogêneas, pois qualquer tentativa de diferenciação pode significar a perda de capital e de mão-de-obra qualificada para outra cidade.

Para Anése (200), ao mesmo que ocorre essa internacionalização do capital produtivo, ou seja, a busca pelas regiões que oferecem vantagens competitivas (ressalta-se que nesta questão a fronteira é abstrata), ocorre também a do capital financeiro. Isso se dá através de bancos e corretoras, migrando entre países em busca de maior rentabilidade e segurança. O capital financeiro é facilitado hoje pelo avanço dos sistemas de comunicação, que se tornaram mais ágeis e seguros, o que se torna um risco à acumulação e arrecadação dos Estados nacionais. (ANÉSE, 2000)

A globalização tornou as economias mais abertas, e como previsto, mais instáveis, totalmente suscetíveis a crises externas, já que, conforme Anése (2000, p. 135) “as políticas econômicas de cada país reduzem a eficácia à medida que os estados nacionais ficam enfraquecidos”. Para o autor, essa nova dinâmica nas relações comerciais passou a ditar uma nova postura dos países, de outro modo, submeteram a novas regras do jogo, que partiram para acordos bilaterais que vão de encontro às políticas liberalizantes, sobretudo fomentando as ideias do *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT).

Baseando-se em tais críticas, cabe a necessidade de convergir as ideias dos fundamentos e valores cooperativos com as imposições do mercado global e sua dinâmica, pois, como visto, as regras do jogo impõem uma visão de lucro, competitividade, resultados a curto prazos com a necessidade de sustentação. Tudo isso para, depois, tentar alcançar e tornar o crescimento obtido em desenvolvimento, que já outro assunto, outro debate e, sobretudo, outro desafio.

Diante disso, as considerações finais e conclusão a seguir propõe apresentar a convergência dos temas e logo, conforme o objetivo proposto, apresentar possíveis desafios do cooperativismo meio a globalização.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÃO

Para responder o objetivo proposto, antes é necessário pautar-se no exemplo brasileiro, pois é um caso diferente das cooperativas europeias e que desde do início de seu movimento





cooperativista tende a se comportar como mera empresa competitiva, e os fundamentos essenciais do cooperativismo, como já dissertado anteriormente, fica somente na retórica do discurso.

No Brasil o movimento cooperativista ao final do século XIX, conforme Culti (2006), não surgiu advindo da classe trabalhadora, como fora os primeiros passos europeus, mas o que se tem é uma imposição de cima para baixo, adequando-se aos interesses das elites do país, sobretudo a agrária.

Desenvolvendo-se lentamente até meados de 1930, o cooperativismo só ganhou visão e interesse estatal após a crise econômica mundial de superprodução em 1929, ganhando pauta na política agrícola nacional como forma de defender a produção das propriedades mais frágeis, ou melhor, as pequenas propriedades. Mas, é aí que se insere o problema. Conforme Santos (2001), ao mesmo tempo do debate da inserção de modelos cooperativos, em nenhum momento foi cogitado o desmonte da estrutura latifundiária de produção e nem a fragmentação das grandes propriedades rurais, ignorando e adiando o debate da distribuição de terras improdutivas para a reforma agrária. Logo, o que se tem no caso brasileiro é a inserção do cooperativismo na forma de uma política de produção, em toda a essência e risco da palavra.

Com o Decreto nº 22.239 de 1932, qual definia as cooperativas como união de pessoas e não de capital, Cruzio (1994) identifica comportamentos paradoxais do Estado em relação ao cooperativismo, momentos defendendo e incentivando trabalhadores agrícolas e associados, e outrora fomentando a lógica capitalista de produção em eficiência para acúmulo e para atingir metas pré-definidas da economia.

[...] com a introdução no setor rural de um novo patamar tecnológico e com a preocupação em desenvolver uma agricultura voltada ao mercado externo, portanto geradora de divisas e abastecedora do mercado interno, que ao mesmo tempo consumisse a gama de produtos industrializados, o Estado viu o cooperativismo como um dos instrumentos que melhor viabilizaria a execução de políticas econômicas voltadas ao setor rural, inserindo-o, portanto, no novo padrão de acumulação. (DUARTE, 1986, p. 39)

Diante disso, o que se tem para o cooperativismo são três grandes desafios: competitividade, Estado, e recursos humanos.

A competitividade é a questão fundamental para entender os demais. As tentativas e falhas da inserção do Plano Marshall no segundo pós-guerra, sobretudo com as políticas keynesianas, provocaram o desencadeamento de políticas e discursos que diminuíam a ação estatal, apostando no equilíbrio natural do mercado e da economia. É a partir destes pressupostos liberais que surge o individualismo, o uso do empreendedorismo como prática para o tão sonhado “sucesso”, sobretudo, provocando a competitividade entre os próprios indivíduos, fomentando uma utopia de riqueza, acúmulo, consumo, disfarçado meio a um discurso de preocupação social que culpava o Estado pelas atrocidades socioeconômicas e como se houvesse a necessidade do ser humano competir e gerar riquezas.





Estes mesmos atores, elites e baronatos que praticavam e praticam plutocracias, foram os mesmos que usaram o nome do Estado para inserir o cooperativismo como ferramenta para retomar a produção e a economia no caso brasileiro, distorcendo totalmente os fundamentos de proteção social inserido no movimento, proteção essa que também está inserida na essência do Estado, como demonstra Tilly (1985; 1992; 1996; 2004) quando estuda os Estados de Bem-Estar. Ou seja, o Estado se torna desafio quando baseado em pressupostos liberais e neoliberais, numa falácia de políticas protecionistas que são usadas para controlar as cooperativas a modo que gerem produção em escala, preocupados somente com números e não com Bem-Estar, qual seria sua essência como Estado.

É a partir desses fundamentos que se insere o desafio dos recursos humanos. Como mobilizar em cooperação uma sociedade que está alicerçada institucionalmente no discurso de competição e individualismo? A crise do capitalismo mundial hoje é, acima de tudo, de valores. A confiança no Estado e nas instituições está cada vez menor. As relações de ajuda mútua entre cidadãos estão baseadas num contexto de troca, seja monetária, de bens ou serviços, totalmente diferente daquilo que apostam os movimentos cooperativistas, qual necessita da sociedade unida, a cooperação em toda a definição do verbo “cooperar”.

Sobretudo, sabe-se da necessidade de outros estudos à respeito, análises e ferramentas para tratar destes dois temas. As instituições importam, o Estado é necessário, desde que não caiam nas mãos de tiranos que não olhem e não se preocupem com a realidade local.

REFERÊNCIAS

ANÉSE, Rogério Luis Reolon. Globalização e Regionalização. **Economia e Desenvolvimento**, n.12, 2000.

BENKO, Georges. **Economia, espaço e globalização**. São Paulo: Ed. Hucitec, 2002.

CRUZIO, Helnon de Oliveira. Ideologia e autogestão. Contradição do cooperativismo agropecuário/industrial brasileiro: o caso da inversão decisória. **São Paulo: FVG-EAESP, Tese de Doutorado**, 1994.

DUARTE, Laura Maria Goulart. Capitalismo e cooperativismo no Rio Grande do Sul. **Porto Alegre: ANPOCS**, 1986.

FERRÃO, João. Red urbana, instrumento de equidade, cohesión e desarrollo. **Revista Eure**, Santiago de Chile, v. 24, n.71, p. 75-90, mar. 1998.

KLINK, Jeroen Johannes. **A cidade-região**: regionalismo e reestruturação no grande ABC paulista. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.





MLADENATZ, Gromoslav. **Histórias das Doutrinas Cooperativistas**. Confebras: Brasília, 2003

NAMORADO, Rui. **Os princípios cooperativos**. Editora Coimbra: Fora do Texto, 1995.

PRESSER, Mário Ferreira. Globalização e regionalização: notas sobre o Mercosul. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 23, n. 3, nov. 1985

JÚNIOR, Nilson Reis. **Aspectos Societários das Cooperativas**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2006.

PINHO, D. B. **O pensamento e o cooperativismo brasileiro**. São Paulo: CNPQ, 1982.

ROTTA, Edeimar. Desenvolvimento regional e políticas sociais no noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. **Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (Doutorado em Serviço Social)**. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Porto Alegre, 2007.

SALES, João Eder. Cooperativismo: Origens e Evolução. **Revista Brasileira de Gestão e Engenharia | RBGE | ISSN 2237-1664**, n. 1, p. 23-34, 2010.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2000.

SANTOS, Valdemar Dias. Crescimento, Crise e Reestruturação da Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas de Maringá–COCAMAR. **Maringá: UNIPAR- Dissertação de Mestrado**, 2001.

Recebido em 07/01/2020

Aceito em 22/06/2020

